

N.º do Processo: 02/16/03/2017

Pág. 🎾



Ao Diretor-Geral A/C Silvio Klein

No decorrer do processo licitatório (Pregão Eletrônico nº 018/2017) foi obervado que a empresa vencedora da fase de lances, inicialmente cadastrada como EPP não possuía a comprovação necessária.

Na sequência, entramos em contato com o Portal de Compras e, juntamente com o Jurídico desta autarquia, constatamos que além do equívoco supracitado, há cláusula no edital que permite interpretação no sentido de limitar à participação exclusiva de ME/EPP's.

Sendo assim, resta claro o prejuízo à concorrência, haja vista não participação de demais empresas, em razão da possível interpretação pela exclusividade às ME/EPP's, justificada pelo equívoco constante no edital.

Isto posto, encaminho o presente processo à sua análise para que, em caso de concordância, seja revogada a presente licitação, com fulcro no art. 49, da Lei nº 8.666/93.

> Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Novo Hamburgo/RS, 01 de setembro de 2017.

Dúrcio Belz dos Reis Coordenador de Suprimentos

04/09/2017

986.88 89.936 ASSEST JURIDICO

.H.N ab otogea 9 -Serviços de Agua

Ao Coordensider de Supremetos.

Estor de ocordo com lo boscar de poj 290 do emeno.

en revogor os presente licitogéo.

Enconidos pre provideros.

En 06/03/2017.

ENG.º SILVIO PAULO KLEIN

Diretor - Geral

00M18v